# **CSILatina Arrendamento Mercantil S.A.**

Demonstrações Financeiras Referentes ao Semestre Findo em 30 de junho de 2019 e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

#### Relatório da Administração

#### Prezados Senhores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

#### Mercado de Atuação

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.

#### Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$47,6 milhões em 30 de junho de 2019 (R\$43,3 milhões em 30 de junho de 2018). O lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$8,3 milhões (R\$3,9 milhões em 30 de junho de 2018).

#### **Ativos e Passivos**

Em 30 de junho de 2019, os ativos totais atingiram R\$489,4 milhões (R\$413,9 milhões em 30 de junho de 2018). Desse montante, R\$3,5 milhões (R\$4,5 milhões em 30 de junho de 2018) são representados por caixa e equivalentes de caixa, R\$103 milhões (R\$94,6 milhões em 30 de junho de 2018) por derivativos e R\$333 milhões pela carteira de arrendamento (R\$291,2 milhões em 30 de junho de 2018).

Os passivos circulante e não-circulante somavam R\$437,4 milhões (R\$364,4 milhões em 30 de junho de 2018) e são representados por empréstimos R\$251,4 milhões (R\$220,9 milhões em 30 de junho de 2018), instrumentos financeiros derivativos R\$103,8 milhões (R\$90,1 milhões em 30 de junho de 2018) e outras obrigações R\$82,2 milhões (R\$53,4 milhões em 30 de junho de 2018).

#### **Outras Informações**

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A., não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, que pudessem caracterizar na perda de independência do Auditor.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Barueri - SP, 27 de agosto de 2019.

A Diretoria



Deloitte Touche Tohmatsu Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -4º ao 12º andares - Golden Tower 04711-130 - São Paulo - SP

Tel.: + 55 (11) 5186-1000 Fax: + 55 (11) 5181-2911 www.deloitte.com.br

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A.

#### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSILatina Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

#### Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações de arrendamento e elabora as suas demonstrações financeiras com observância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.d) às demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas "Ativo circulante", "Realizável a longo prazo" e "Rendas e despesas de operações de arrendamento", embora resultem na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

# Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

# Deloitte.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Conforme descrito anteriormente na seção "Base para opinião com ressalva", a Companhia registra o ajuste a valor presente de suas operações de arrendamento mercantil em contrapartida da provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, o que diverge das práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas classificações afetam significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e a outros aspectos descritos na seção "Base para opinião com ressalva".

#### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

# Deloitte.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de
  continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe
  incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida
  significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se
  concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório
  de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir
  modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões
  estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
  Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em
  continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Guilherme Jorge Dagli Júnior

Contador

CRC nº 1 SP 223225/0-0

ATIVO	Nota Explicativa	30/06/2019	30/06/2018	PASSIVO	Nota Explicativa	30/06/2019	30/06/2018
CID CIT LANGE						·	
CIRCULANTE		96.020	83.425	CIRCULANTE		245.110	190.479
DISPONIBILIDADES	5	3.482	4.472	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	13	134.146	116.975
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	51.058	46.642	Empréstimos no País Empréstimos no Exterior		81.394 52.752	68.768 48.207
Instrumentos Financeiros Derivativos		51.058	46.642	•		32.732	10.207
	-	1.514	23.954	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	51.606	44.752
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL  Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	7 7	146.157	119.822	Instrumentos Financeiros Derivativos		51.606	44.752
Adiantamento a Fornecedores por conta de arrendatários	,	-	22.985				
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	7	(144.264)	(116.763)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		59.358	28.752
<ul><li>(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</li></ul>	8	(379)	(2.090)	Fiscais e Previdenciárias	16	7.628	1.851
OUTROS CRÉDITOS		38,903	7.470	Diversas	14	51.730	26.901
Rendas a Receber	9	2.004	450				
Diversos	9	36.899	7.020				
Diversos		30.077	7.020				
OUTROS VALORES E BENS	10	1.063	887				
Bens não de Uso Próprio		577	324				
Despesas Antecipadas		486	563				
NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		393.427	330.425	NÄO CIRCULANTE		192.270	173.902
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	51.906	47.998	OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS	13	117.249	103.908
Instrumentos Financeiros Derivativos		51.906	47,998	Empréstimos no País	13	59.597	56.275
Institution of I mailed of Berryalivos		51.700	17.570	Empréstimos no Exterior		57.652	47.633
OPERAÇOES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	7	(1.311)	(6.154)				
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado	7	163.183	131.321	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	52.160	45.314
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	7	(163.183)	(131.321)	Instrumentos Financeiros Derivativos		52.160	45.314
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(1.311)	(6.154)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		22.861	24.680
OUTROS CREDITOS		10.050	14.020	Fiscais e Previdenciárias	16	17.985	18.570
Diversos	9	10.050	14.020	Diversas	14	4.729	5.854
				Provisões para Riscos	15	147	256
PERMANENTE		332.782	274.561				
Investimentos - Outros Investimentos Imobilizado de Uso	12	625	746				
Outras Imobilizações de Uso		2.347	2.315	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS		4.429	6.194
(-) Depreciação Acumulada		(1.722)	(1.569)	Resultado de Exercícios Futuros	19	4,429	6.194
***		, ,	, ,				
Imobilizado de Arrendamento	11	331.802	273.373				
Bens Arrendados	11	554.018	479.365	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	47.638	43.275
(-) Depreciação Acumulada	11	(249.330)	(233.978)	Capital Social - De Domiciliados no Exterior	20.a	19.691	19.691
Superveniência de depreciação	11	27.114	27.986	Reservas de Lucros	20.b	27.947	23.584
Intangível	12	355	442				
Ativos Intangíveis		753	753				
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis		(398)	(311)				
TOTAL DO ATIVO		489.447	413.850	TOTAL DO PASSIVO		489.447	413.850
As notas explicativas são parte integrante das demonstra	ações financei	ras.					

# CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota		
	Explicativa	30/06/2019	30/06/2018
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		88.866	96.140
Operações de Arrendamento Mercantil	7	91.952	84.307
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6	(3.150)	11.832
Resultado com Títulos de Renda Fixa	6	64	1
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(70.163)	(80.119)
Operações de Empréstimos	13	(11.047)	(24.719)
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(59.886)	(53.075)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8	770	(2.325)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	_	18.703	16.021
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(10.494)	(9.012)
Despesas de Pessoal		(8.859)	(6.085)
Outras Despesas Administrativas	23	(3.201)	(2.801)
Despesas Tributárias		(2.934)	(2.982)
Outras Receitas Operacionais	24	4.451	4.611
Outras Despesas Operacionais	25	49	(1.755)
RESULTADO OPERACIONAL	-	8.209	7.009
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	26	6.511	678
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	-	14.720	7.687
Provisão de IR e CSLL sobre Lucro - Corrente	17	(5.422)	(933)
Provisão de IR e CSLL sobre Lucro - Diferido	17	(1.028)	(2.861)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	8.270	3.893
Lucro por Ação (Em R\$ 1,00)	=	0,56	0,27
<b>.</b> • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	=		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$)

		Capital	Reservas	de Lucros	Lucros	
	Nota	Social		Reserva de Lucros	(Prejuízos)	
	Explicativa	Realizado	Reserva Legal	Acumulados	Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		17.257	1.490	20.635	-	39.382
Aumento de Capital Lucro Líquido do Semestre	20.c	2.434	-	(2.434)	3.893	- 3.893
Destinação de lucros: Constituição de reservas de lucros		-	195	3.698	(3.893)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		19.691	1.685	21.899	-	43.275
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		19.691	2.144	30.633	-	52.468
Distribuição de Dividendos	20.c	-	-	(13.100)	-	(13.100)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	8.270	8.270
Destinação de Lucros: Constituição de Reserva de Lucros		-	414	7.856	(8.270)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		19.691	2.558	25.389	-	47.638
			·			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

# PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>Explicativa</u>	30/06/2019	30/06/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Semestre		8.270	3.893
Ajustes que Não Afetam o Fluxo de Caixa		65.249	53.986
Depreciações e Amortizações		59.487	50.195
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação		(1.534)	(4.200)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		1.028	2.861
Variação Cambial/MTM de Derivativos		3.177	(10.842)
Variação Cambial de Empréstimos		(682)	14.041
Imposto de Renda e CSLL Corrente		5.422	933
Provisão para Riscos	15	(109)	(161)
Provisão para Obrigações Diversas		3.063	1.493
Apropriação de Resultado de Exercícios Futuros		(1.886)	(1.981)
Provisão não operacional		(46)	(1.729)
Provisão de Juros - Divida Subordinada		-	7
Provisão de Juros - Conta Garantida		103	398
Receitas com VPC Stub a Receber		(2.004)	(450)
Baixa de Imobilizado de Arrendamento para Perdas		-	1.096
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	8	(770)	2.325
Lucro Líquido do Semestre Ajustado		73.519	57.879
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(4.528)	(2.053)
Variação de Ativos e Obrigações		37.892	39.358
(Aumento)/Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos		138	(4.252)
(Aumento)/Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		324	19.694
(Aumento)/Redução de Outros Créditos		(820)	(6.278)
(Aumento)/Redução de Outros Valores e Bens		2.458	2.316
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos		17.011 4.547	50.379 4.278
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias			
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações - Diversas		8.761 5.473	(26.837)
Aumento/(Redução) em Resultado de Exercícios Futuros			05 184
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		106.883	95.184
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação (Aquisição) de Imobilizado de Arrendamento		(94.950)	(93.105)
Aquisição de Móveis e Equipamentos - Financeiro		(33.517)	(47.558)
Alienação de Móveis e Equipamentos - Financeiro		1.882	186
Aquisição de Móveis e Equipamentos - Operacional		(63.372)	(45.828)
Alienação de Móveis e Equipamentos - Operacional		57	95
Alienação (Aquisição) de Imobilizado de Uso		(9)	(118)
Móveis e Equipamentos de Uso		(9)	(118)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		(94.959)	(93.223)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(13.100)	
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		(13.100)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.176)	1.961
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE		4.658	2.511
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE		3.482	4.472
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

#### CSILATINA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSILATINA Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede à Alameda Rio Negro, 585 – 7° andar – Bloco A – Alphaville - Barueri, e tem por objeto social principal a prática das operações de arrendamento mercantil de bens de tecnologia, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. É uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, sendo equiparada às instituições financeiras e estando, portanto, sujeita às normas e aos controles do Banco Central do Brasil – BACEN.

# 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que incluem as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e apresentado em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras:

- Resolução CMN nº 3.566/08 CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 CPC 03 (R2) Demonstração do fluxo de caixa
- Resolução CMN nº 4.636/18 CPC 05 (R1) Divulgação sobre partes relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 CPC 10 (R1) Pagamento baseado em ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 CPC 24 Eventos subsequentes
- Resolução CMN nº 3.823/09 CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 CPC 00 (R1) Pronunciamento conceitual básico
- Resolução CMN nº 4.424/15 CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 4.524/16 CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras
- Resolução CMN nº 4.534/16 CPC 04 (R1) Ativo Intangível
- Resolução CMN nº 4.535/16 CPC 27 (R1) Ativo Imobilizado

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo CMN. A administração da Companhia concluiu que, na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 27 de agosto de 2019.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

#### a) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, que incluem: saldos em bancos, caixa e aplicações financeiras cujo prazo de vencimento na data de aplicação for inferior a 90 dias e não estão sujeitos a risco de mercado significante.

#### c) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" são avaliados ao valor justo e estão classificados como "hedge" de risco de mercado tendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado.

- d) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa:
  - i. Operações de arrendamento mercantil financeiro estão registradas pelo valor atualizado, quando aplicável, pelas rendas incorridas até a data do balanço, segundo o critério "pro rata" dia quando aplicável, deduzidas das rendas a apropriar que são mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência.
  - Operações de arrendamento mercantil operacional estão registradas pelo valor de aquisição dos bens, líquido das depreciações acrescido do valor das contraprestações em atraso na data do balanço.
  - iii. Operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por operações de arrendamento de equipamentos de informática, comunicação e outros para pessoas jurídicas.

- iv. Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. O critério de arrasto da classificação de risco de um mesmo cliente ou grupo econômico é efetuado para a carteira de arrendamento, exceto para as operações que apresentem vinculação de crédito com outra instituição financeira, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682/99. Para essas operações é considerada a posição de atraso na data base. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso e grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). O resultado das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- v. Operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução CMN nº 2.682/99, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de arrendamento que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam registradas em contas de compensação são classificadas como nível H, os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
- vi. Carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

#### I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

#### II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais.

#### III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

#### IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuadas aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de vida útil remanescente dos bens e demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.

Os prejuízos apurados na venda de bens a terceiros (não arrendatários) são reconhecidos no resultado não operacional.

#### V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil financeiro. Desta forma, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil financeiro às práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### e) Bens Não de Uso Próprio

São registrados quando há o retorno do equipamento por ocasião do fim do contrato de arrendamento sem que o arrendatário tenha exercido a opção de compra prevista no contrato. São registrados pelo valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. Anualmente é realizado inventário físico e apurado o seu valor de mercado.

#### f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

#### g) Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia.

#### h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

#### i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25.

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, seja com a indenização da ação ou com comissão aos assessores jurídicos, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

#### j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos foram constituídos, sobre as diferenças temporárias, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e para a contribuição social de 20%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o resultado tributável do período às taxas dos impostos em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis de ativos, passivos e resultados e os correspondentes valores reconhecidos para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pela alíquota de 40%.

#### k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 4.636/18, que determinou a adoção do pronunciamento técnico CPC 05 (R1), referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

#### 1) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base das demonstrações financeiras. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados.

#### m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do Arrendamento Mercantil. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

#### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da Companhia está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor. A Diretoria Executiva é responsável por determinar os parâmetros de risco que julga compatível com o modelo de negócio da Companhia.

A exposição a tais riscos é sistematicamente monitorada por equipes especializadas e independentes das unidades de negócio. Os resultados de tais aferições são submetidos à apreciação da Diretoria Executiva, que desempenha suas atribuições relacionadas à formulação e adoção de diretrizes, estratégias, políticas e medidas voltadas à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos em conformidade com as leis, normas e regulamentos aplicáveis à Companhia.

A tomada de decisão na Companhia sempre leva em conta os possíveis impactos de tais decisões no tocante aos riscos controlados.

Risco de Crédito: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da
degradação de garantias e da concentração de cliente ou setor. A decisão de crédito baseiase nas evidências sobre a capacidade de pagamento dos arrendatários e demais contrapartes
avaliadas com base em metodologia própria. O comitê de crédito da casa matriz participa de
todas as escolhas feitas pela Companhia, garantindo independência e isenção.

- Risco de Mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. Colaboradores especialistas, capacitados à identificação e controle dos riscos de mercado a que se expõe a Companhia incluindo risco cambial, são os responsáveis por manter a Diretoria Executiva informada para que medidas de proteção adicional possam ser tomadas quando necessário. São observados tanto os aspectos recomendados pelo órgão regulador como as próprias políticas internas da Companhia que limitam a exposição ao mínimo necessário para a condução dos seus negócios.
- Risco de Liquidez: este tipo de risco assume duas formas: (i) o risco de liquidez de mercado e (ii) risco de liquidez de fluxo de caixa (funding). O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos. O gerenciamento dos descasamentos de prazo entre a liquidação de direitos e obrigações é parte das atividades diárias de grupo de colaboradores com dedicação exclusiva ao assunto. Relatórios frequentes mantém a Diretoria Executiva informada sobre tais descasamentos, bem como sugere medidas de contingência para os cenários de estresse.
- Risco Operacional: é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Os princípios básicos observados pela Companhia na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui ferramenta e metodologia de monitoramento dos riscos operacionais e com base em um modelo de Matriz de Riscos é possível à Diretoria Executiva identificar e corrigir falhas priorizando os aspectos de maior relevância econômica e regulatória.

O quadro abaixo apresenta os saldos de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado, Exposição a Risco Cambial e Exposição a Taxas de Juros nos fins dos semestres já ponderados para cálculo do Índice de Basiléia:

	30/06/2019	30/06/2018
Risco de Crédito (RWA <sub>CPAD</sub> )	3.806	3.441
Risco Operacional (RWA <sub>OPAD</sub> )	5.051	5.715
Risco de Mercado (RWA <sub>JUR1</sub> + RWA <sub>JUR2</sub> )	4.703	5.066
Risco Cambial (RWA <sub>CAM</sub> )	528	1.743
Total	14.088	15.965

O Gerenciamento de Capital visa estabelecer as diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital da Companhia, e a sua manutenção em nível compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

O processo de Gerenciamento de Capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos da Companhia, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

De acordo com a política da Companhia os equivalentes de caixa são mantidos com a única finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. Dessa forma, a Companhia mantém suas disponibilidades de caixa exclusivamente depositadas em conta corrente com bancos no País e/ou no Exterior.

A posição de caixa e equivalentes de caixa, está a apresentada a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Disponibilidades	3.482	4.472

# 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não possuía em 2019 e em 2018 nenhuma posição em títulos e valores mobiliários, exceto instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são avaliados ao valor de mercado através de ajustes diários das posições ativas e passivas. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos, por indexador, em 30 de junho 2019 e 2018.

Composição dos instrumentos financeiros derivativos:

#### Quadro A – Nocional

	Fator de risco	Moeda	30/06/2019	30/06/2018
NDF (a)	Dólar e Juros	R\$	102.856	94.872
SWAP (a)	Dólar e Juros	R\$	11.667	6.700

#### Quadro B - Saldos

	30/06/	2019	30/06/	2018	30/06/	/2019	30/06	/2018
	Posição Ativa		Posição Ativa		Posição Passiva		Posição Passiva	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
NDF (a)	50.895	51.442	46.642	47.227	51.606	52.160	44.752	45.314
SWAP (a)	163	464		771				
Total	51.058	51.906	46.642	47.998	51.606	52.160	44.752	45.314

(a) As operações de NDF e SWAP são contratadas com a finalidade de proteção das operações de empréstimos em moeda estrangeira e são avaliadas ao valor justo, sendo a valorização ou desvalorização reconhecida em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado.

As posições de curto prazo são aquelas com vencimento em até 1 ano e as de longo prazo apresentam data de vencimento superiores a 1 ano e com vencimentos em até 5 anos.

#### Quadro C – Resultado

	30/06/2019	30/06/2018
TVM	64	1
NDF (a)	(3.053)	11.115
SWAP	(97)	717
Total	(3.086)	11.833

(a) Refere-se principalmente aos resultados auferidos com 46 (45 em 2018) contratos com o objetivo de proteção de perdas cambiais decorrentes dos contratos de captação e empréstimos fixados em dólar (US\$).

### 7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente pela não reclassificação do imobilizado e dos ajustes de superveniência para o ativo circulante e não circulante nas operações de arrendamento financeiro e pela não apuração do resultado com base na taxa de retorno do arrendamento financeiro. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o resultado e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, porém as rubricas de arrendamento mercantil permanecem com os seus saldos apurados por procedimentos não uniformes com as referidas práticas contábeis, mas de acordo com as normas do BACEN.

#### b) Saldo das operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiros são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Os contratos de arrendamento mercantil operacionais são representados pelo valor de aquisição dos bens líquidos das depreciações e valor das contraprestações em atraso. Esses valores são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, atendendo desta forma, às normas do BACEN, as quais são resumidas a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro		Arrendamento mercantil operacional	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Operações de arrendamento mercantil no ativo - curto prazo	66.858	60.042	79.299	59.780
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - curto prazo	(66.359)	(59.210)	(77.905)	(57.553)
Operações de arrendamento mercantil no ativo - longo prazo	85.117	72.642	78.066	58.679
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - longo prazo	(85.117)	(72.642)	(78.066)	(58.679)
Valor residual garantido a realizar	20.759	22.330	-	-
Valor residual garantido a balancear	(20.759)	(22.330)	-	-
Bens arrendados - ativo permanente (i)	254.145	242.362	285.139	220.695
Depreciações acumuladas (i)	(119.972)	(120.968)	(121.351)	(105.665)
Superveniência de depreciação (ii)	9.317	6.793	-	-
Perdas de arrendamento a diferir no ativo (iii)	2.557	4.322	-	-
Amortização acumulada de perdas a diferir (iii)	(1.649)	(2.779)	-	-
Valor total da carteira	144.897	130.562	165.182	117.257
Credores por antecipação de valores residuais (iv)	(10.399)	(11.393)		
Valor do arrendamento registrado no balanço	134.498	119.169	165.182	117.257

- (i) Não inclui o valor de R\$12.031 (R\$11.985 em 2018), referente ao custo e R\$6.301 (R\$4.566 em 2018) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a Companhia.
- (ii) Não inclui o valor de R\$17.836 (R\$21.193 em 2018), contabilizado como ajuste de superveniência de depreciação que corresponde ao valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação dos arrendamentos.
- (iii) Não inclui o valor de R\$ 146 (R\$ 0 em 2018), referente a perdas e R\$ (56) (R\$ 0 em 2018) de amortização de perdas em operações de arrendamento cedidas.
- (iv) Não inclui o valor de R\$141 (R\$141 em 2018) de valor residual recebido de clientes com contratos cedidos.
- c) Segregação do saldo por tipo de atividade econômica

Atividade econômica	Arrendamento	Financeiro	Arrendamento Operacional		
_	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	
Setor privado – indústria	51.300	55.118	93.789	73.342	
Setor privado – comércio	20.068	15.840	7.784	3.832	
Setor privado - intermediários financeiros	10.520	5.883	5.749	4.618	
Setor privado – habitação	2	7	-	_	
Setor privado – serviços	52.608	42.321	57.860	35.465	
Total	134.498	119.169	165.182	117.257	

#### d) Distribuição do saldo por faixa de vencimento

Faixa de Vencimento	Arrendamento	Financeiro	Arrendamento Operacional		
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	
Vencidos	161	418	1.311	717	
A vencer até 90 dias	19.188	18.875	20.383	17.896	
A vencer de 91 a 360 dias	45.932	41.412	52.603	37.753	
A vencer acima de 360 dias	69.217	58.464	90.885	60.891	
Total	134.498	119.169	165.182	117.257	

#### e) Resultado de operações de arrendamento mercantil

Receitas de o	perações	de arrendamento	mercantil

	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de arrendamento financeiro	39.043	46.771
Rendas de arrendamento operacional	43.505	34.974
Lucro na alienação de bens arrendados	9.404	2.562
Total	91.952	84.307

#### Despesas de operações de arrendamento mercantil

	30/06/2019	30/06/2018
(-) Despesa de arrendamento financeiro	(30.012)	(30.828)
(-) Despesa de arrendamento operacional	(29.361)	(21.650)
(-) Prejuízo na alienação de bens arrendados	(513)	(597)
Total	(59.886)	(53.075)

# 8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 30 de junho de 2019, o saldo de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é de R\$1.690, sendo R\$740 para Arrendamento Financeiro e R\$951 para Arrendamento Operacional. Em 30 de junho de 2018, o saldo era de R\$8.244, sendo R\$1.705 para Arrendamento Financeiro e R\$6.539 para Arrendamento Operacional.

O risco da carteira de arrendamento mercantil a valor presente e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa são calculados conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

## Arrendamento financeiro

		30/06/2019				30/06	/2018		
Níveis de risco	Provisão mínima requerida	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	16.491	16.491	-	-	5.076	5.076	-
A	0,50%	124	93.436	93.560	(468)	-	83.936	83.936	(419)
В	1%	37	24.097	24.134	(241)	3	18.673	18.676	(187)
C	3%	-	5	5	-	246	7.345	7.591	(228)
D	10%	-	308	308	(31)	112	3.073	3.185	(318)
E	30%	-	-	-	_	3	9	12	(4)
F	50%	-	-	-	-	5	5	10	(5)
G	70%	-	-	-	-	16	448	464	(325)
Н	100%		-	-		33	186	219	(219)
		161	134.337	134,498	(740)	418	118,751	119,169	(1.705)

#### Arrendamento Operacional

			30/06/20	019			30/06/2	018	
Níveis de risco	Provisão mínima requerida	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão	Vencido	A vencer	Saldo	Provisão
AA	0%	-	60.309	60.309	-	-	24.840	24.840	-
A	0,50%	620	83.524	84.144	(421)	-	72.631	72.631	(364)
В	1%	197	17.513	17.710	(177)	29	6.872	6.901	(69)
C	3%	210	1.365	1.575	(47)	34	3.570	3.604	(108)
D	10%	141	1.125	1.266	(127)	166	2.976	3.142	(314)
E	30%	-	-	-	-	1	540	541	(162)
F	50%	-	-	-	-	-	-	-	_
G	70%	-	-	-	-	6	247	253	(177)
Н	100%	143	35	178	(178)	481	4.864	5.345	(5.345)
	<u>-</u>	1.311	163.871	165.182	(950)	717	116.540	117.257	(6.539)

## Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<b>Arrendamento</b>	<b>Arrendamento</b>
	<b>Financeiro</b>	<b>Operacional</b>
Saldos no Semestre de 30/06/2018	(1.705)	(6.539)
Reversões/(Constituições)	624	5.160
Saldos no Semestre de 31/12/2018	(1.081)	(1.379)
Reversões/(Constituições)	341	429
Saldos no Semestre de 30/06/2019	(740)	(950)

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não existem contratos renegociados.

#### 9. OUTROS CRÉDITOS

#### Rendas a receber

<u>Descrição</u>	30/06/2019	30/06/2018
Rendas a receber (a)	2.004	450
Total	2.004	450

(a) Saldo refere-se ao valor desembolsado para aquisição de bens que já estão em uso pelos clientes, relativos aos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. Os recebimentos dessas parcelas estão assegurados pelo Termo de Recebimento e Aceitação Parcial, assinado entre as partes.

TO .		
1)1	versos	3
$\boldsymbol{\nu}$	ACTOO	"

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Curto prazo	36.899	7.020
Adiantamento salarial	222	173
Devedores diversos (a)	31.135	5.847
Impostos e contribuições (b)	5.542	1.000
Longo prazo	10.050	14.020
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal (c)	7.266	9.138
Crédito tributário sobre base negativa CSLL (d)	-	79
Crédito tributário sobre Adições Temporárias (e)	2.624	4.784
Devedores por Depósito em Garantia	160	19
Total	46.949	21.040

- (a) Devedores Diversos referem-se substancialmente a valores a receber originados pelo encerramento de contratos junto aos clientes que exerceram a opção de compra dos bens.
- (b) Impostos e contribuições referem-se aos recolhimentos de IRPJ e CSLL.
- (c) O prejuízo fiscal é originado pela Superveniência de Depreciação, conforme nota explicativa nº 17(a).
- (d) A base negativa de CSLL é calculada levando-se em conta as adições temporárias de variação cambial, provisões, ajustes a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos, tendo sua movimentação detalhada na nota explicativa nº 17(a).
- (e) O crédito tributário sobre adições temporárias foi constituído sobre Variação Cambial, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa da Carteira de "Leasing", Marcação a Mercado de Derivativos e Valor Residual Garantido (Derivativos Embutidos), tendo sua movimentação detalhada na nota explicativa nº 17(a).

#### 10. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	30/06/2019	30/06/2018	
Bens não de uso próprio (BNDU) (a)	642	324	
• • •		324	
Provisão desvalorização de outros valores e bens (b)	(65)	-	
Prêmio de Seguros Antecipados	64	66	
Comissão de estruturação de Captação	394	458	
Outras (c)	28	39	
Total	1.063	887	

- (a) A rubrica "Bens Não de Uso Próprio (BNDU)" refere-se basicamente a valores registrados como máquinas e equipamentos retornados ao final das operações de "leasing". Os bens recebidos foram registrados pelo seu custo de aquisição líquido de depreciação. Anualmente é realizado inventário físico e apuração de seu valor de mercado.
- (b) A legislação em vigor, em cumprimento ao estabelecido no CPC 01 (R1), prevê a realização de Teste de "Impairment" (ou Teste de Recuperabilidade de Ativos) a cada exercício social. A essência do teste de recuperabilidade é evitar que um ativo esteja registrado por um valor maior que seu valor recuperável. A Companhia realizou teste detalhando a metodologia, premissas utilizadas e o resultado da avaliação dos ativos em relatório específico. Foram submetidos ao teste de recuperabilidade 100% do estoque de equipamentos retornados das operações de "leasing", contabilizados como bens não de uso próprio (BNDU). Em 30 de junho de 2019 foi registrada provisão para perda por "Impairment" no valor de R\$ 65 (R\$736 em 2018), valor que representa na estimativa da Administração, a diferença entre expectativa de valor a receber pela venda dos equipamentos e valor contábil dos bens.
  - (c) O saldo refere-se à despesa com garantia sobre equipamentos de uso.

#### 11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

D 1.1. ( )	479.365
Bens arrendados (a) 554.018	252 242
Financeiro 265.964	253.212
Máquinas e equipamentos 180.913	153.018
Móveis 2.663	3.431
Veículos e Afins 26.098	37.787
Outros arrendamentos 56.290	58.976
Operacional 285.351	221.831
Máquinas e equipamentos 248.332	193.081
Veículos e Afins 26.581	18.373
Outros arrendamentos 10.438	10.377
(+) Perdas de arrendamento 2.703	4.322
Imobilizado de arrendamento30/06/201930/06/2019	/06/2018
(-) Depreciação acumulada (a) (249.330) (249.330)	233.978)
Financeiro (126.119)	124.667)
Máquinas e equipamentos (80.761)	(76.903)
Móveis (937)	(794)
Veículos e Afins (15.736)	(17.174)
Outros arrendamentos (28.685)	(29.796)
<b>Operacional</b> (121.506)	106.532)
Máquinas e equipamentos (101.646)	(93.833)
Veículos e Afins (14.347)	(7.159)
Outros arrendamentos (5.513)	(5.540)
(-) Amortização de perdas a diferir (b) (1.705)	(2.779)
(+) Superveniência de depreciação 27.114	27.986
Total 331.802	273.373

- (a) Inclui o montante de R\$12.031 (R\$11.985 em 2018), referente ao custo e R\$6.301 (R\$4.566 em 2018) de depreciação acumulada de imobilizado de arrendamento de operações cedidas, cuja propriedade dos bens continua com a Companhia.
- (b) Inclui o valor de R\$ 146 (R\$ 0 em 2018), referente a perdas e R\$ (56) (R\$ 0 em 2018) de amortização de perdas em operações de arrendamento cedidas.

#### Taxa média de depreciação

Máquinas e equipamentos	0,83% a 1,19% ao mês
Móveis	0,83% a 1,19% ao mês
Outros bens	1,66% a 2,38% ao mês

Para bens arrendados com vida útil média estimada em 84 e 42 meses, são consideradas as taxas de 1,19% e 2,38% ao mês, respectivamente, e para bens arrendados com vida útil média estimada em 120 e 60 meses, são consideradas as taxas de 0,83% e 1,66% ao mês, respectivamente.

#### 12. BENS DE USO PRÓPRIO E ATIVO INTANGÍVEL

<u>Descrição</u>	30/06/2019	30/06/2018	
Imobilizado de Uso	625	746	
Intangível (a)	355	442	

(a) O saldo refere-se, substancialmente, ao custo de implantação de sistema integrado ERP que entrou em produção durante o exercício de 2014 e que será amortizado pelo prazo de 10 anos.

# 13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	_	30/06/	2019	30/06/2018		
Tino	Moodo	Curto	Longo	Curto	Longo	
<u>Tipo</u>	<u>Moeda</u>	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo	
Empréstimos no País - Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	R\$	67.708	59.597	53.292	56.275	
Capital de Giro no País (b)	R\$	13.686	-	15.476	-	
Empréstimos no Exterior - Resolução CMN nº 2.921/02 (a)	US\$	52.752	57.652	48.207	47.633	
Total	=	134.146	117.249	116.975	103.908	

- (a) A Companhia possui a maior parte de suas obrigações por empréstimos no país e exterior na modalidade "sem retenção substancial de risco" que foram estruturadas através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, contratadas segundo determina a Resolução CMN n° 2.921/02 a preços de mercado para a modalidade, que inclui R\$35.002 (R\$27.501 em 2018) com partes relacionadas (vide nota 21).
- (b) O capital de giro necessário para atender as necessidades de caixa é contratado a taxas de mercado através da modalidade Conta Garantida e Capital de Giro de curto prazo com instituições de primeira linha no Brasil e no exterior.

#### Resultado de obrigações de empréstimos e repasses

	30/06/2019	30/06/2018
Operações de Empréstimos e Repasses	(11.729)	(10.678)
Outras Rendas Operacionais (Variação Cambial Ativa)	9.477	4.669
Outras Despesas Operacionais (Variação Cambial Passiva)	(8.795)	(18.710)
Total	(11.047)	(24.719)

A variação de obrigações de empréstimos e repasses foi em função da variação cambial ativa (receita) no montante de R\$9.477 (R\$4.669 em 2018) e variação cambial passiva (despesa) no montante de R\$8.795 (R\$18.710 em 2018).

### 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	30/06/2019	30/06/2018
Curto prazo:		
Credores por antecipação residual (a)	6.415	5.959
Salários e encargos a pagar (b)	2.905	1.725
Outras despesas administrativas	280	476
Outras contas a pagar (c)	41.602	15.360
Credores diversos - País (d)	528	3.381
Total curto prazo	51.730	26.901
Credores por antecipação residual (a)	3.883	5.575
Salários e encargos a pagar (b)	846	279
Total longo prazo	4.729	5.854
Total	56.459	32.755

A rubrica "Outras Obrigações- Diversas" apresenta a seguinte composição:

- (a) Referem-se a valores de VRG (Valor Residual Garantido) recebidos antecipadamente e estão sujeitos à atualização, com base nos mesmos índices estabelecidos nos contratos de arrendamento mercantil a que estão vinculados.
- (b) Inclui provisões de férias e 13° salário no valor de R\$999 (R\$845 em 2018), R\$300 (R\$300 em 2018) para pagamento de comissão de vendas, R\$1.069 para pagamento de participação nos lucros aos empregados (R\$383 em 2018) e R\$1.375 (R\$465 em 2018) a serem pagos a administração a título de remuneração.
- (c) Referem-se substancialmente aos valores devidos aos fornecedores de bens e serviços relacionados com a aquisição de bens relativos às operações de arrendamento mercantil no valor de R\$40.988 (R\$14.151 em 2018) e R\$578 (R\$1.204 em 2018) relacionados a fornecedores diversos não relacionados à operação de arrendamentos.
- (d) Referem-se substancialmente a recebimentos antecipados de parcelas de arrendamento mercantil e créditos a identificar.

# 15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Os principais processos em aberto em 30 de junho de 2019 e 2018 são relacionados a ações trabalhistas e de acordo com a avaliação dos advogados, são assim demonstrados:

	Quantidade d	ado pelos Valor das sas	Provisão co	ontábil		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Provável (i)	2	2	147	256	147	256
Possível (ii)	1	3	2.253	2.238	-	-
Total geral	3	5	2.400	2.494	147	256

- (i) As ações classificadas como perda provável no montante de R\$ 147 (R\$ 256 em 2018) referemse a processos trabalhistas em fase de liquidação e com deposito judicial realizado.
- (ii) As ações classificadas como perdas possíveis no valor total de R\$ 2.253 (R\$ 2.238 em 2018) referem-se a ações trabalhistas movidas por ex-empregados ou prestadores de serviços buscando pretensos direitos trabalhistas. O montante corresponde a valores de processos em fase inicial, ou valores que, segundo a análise individual dos casos pelos consultores jurídico externos, possivelmente não constituirão perda em função do estágio atual dos processos e/ou o posicionamento dos tribunais em relação às matérias discutidas.
- (iii) A Companhia não possuía contingências tributárias ou cíveis com probabilidade de perda "possível" ou "provável" em 30 de junho de 2019 e 2018.

	Contingências Trabalhistas
Saldos em 30 de junho de 2018	256
Constituições/Reestimativas	-
Pagamentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	256
Constituições/Reestimativas	27
Pagamentos	(136)
Saldos em 30 de junho de 2019	147

## 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

<u>Descrição</u>	30/06/2019	30/06/2018
IRPJ Refis (a)	88	-
IRPJ a pagar corrente	3.705	377
CSLL a pagar corrente	2.757	741
CSLL Refis (a)	117	-
Impostos sobre salários a recolher	163	-
PIS Refis (a)	8	-
PIS a pagar corrente	23	9
COFINS Refis (a)	44	-
COFINS a pagar corrente	139	55
Outros impostos a recolher	584	554
IRRF a recolher		115
Total do Curto Prazo	7.628	1.851
Provisão para imposto de renda diferido (b)	6.778	6.971
Crédito tributário (IR Diferido) sobre adições temporárias (b)	9.625	9.485
IRPJ Refis (a)	542	725
CSLL Refis (a)	721	963
PIS Refis (a)	50	67
COFINS Refis (a)	269	359
Total do Longo Prazo	17.985	18.570
Total	25.613	20.422

- (a) Referem-se a impostos relativos ao REFIS, detalhados na nota 18.
- (b) A provisão para impostos diferidos passivos foi calculada aplicando-se a alíquota de 25% ao saldo de Superveniência de Depreciação em cada período, bem como IR e CSLL sobre o valor dos Ajustes Temporários da Marcação a Mercado, Variação Cambial e garantia de valor residual (opção de venda) totalizando o valor de R\$16.403 (R\$16.456 em 2018), detalhado na nota 17(a).

# 17. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	30/06/2019	30/06/2018
	14.720	7.607
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.720	7.687
Alíquota Vigente	40%	45%
Expectativa de despesa (crédito) de Imposto IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(5.888)	(3.459)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(652)	(1.021)
Diferença de alíquota na constituição do crédito de CSLL s/ Diferenças Temporárias (i)	-	561
Outros	90	125
Despesa de IRPJ e CSLL	(6.450)	(3.794)

- (i) Em 30 de junho de 2019 e 2018, os créditos tributários foram constituídos à alíquota de 40% a fim de efetuar a adequação à minoração da alíquota da CSLL de 20% para 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, com o final da vigência da Lei nº 13.169/15.
- a) Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	30/06/2018	Constituição	Reversão	31/12/2018	Constituição	Reversão	30/06/2019
Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo		·			-		
Crédito Tributário - Diferenças Temporárias	4.784	-	(1.835)	2.949	-	(325)	2.624
Crédito Tributário - Base Negativa de CSLL	79	-	(79)	-	-	-	-
Crédito Tributário - Prejuízo Fiscal	9.138	-	(488)	8.650	-	(1.384)	7.266
Total	14.001	-	(2.402)	11.599	-	(1.709)	9.890
		·					
Imposto de Renda e Contribuição Social - Passivo							
IR Diferido sobre diferenças temporárias	(9.485)	(15)	-	(9.500)	(125)	-	(9.625)
Provisão para IR sobre superveniência	(6.971)	(614)	-	(7.585)	-	807	(6.778)
Total	(16.456)	(629)	-	(17.085)	(125)	807	(16.403)
		·			·		
Impostos diferidos líquidos	(2.455)	(629)	(2.402)	(5.486)	(125)	(902)	(6.513)

#### b) Projeção de realização de impostos diferidos

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda											
Prejuízo Fiscal	2.107	1.263	1.789	2.107	-	-	-	-	-	-	7.266
Diferenças Temporárias	694	639	166	62	80	-	-	-	-	-	1.641
Total do IR Diferido Ativo	2.801	1.902	1.955	2.169	80	-	-	-	-	-	8.907
Créditos Tributários de Contribuição Social											
Base Negativa de Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	416	383	99	37	48	-	-	-	-	-	983
Total da CSLL Diferida Ativa	416	383	99	37	48	-	-	-	-	-	983
Total	3.217	2.285	2.054	2.206	128	-	-	-	-	-	9.890

Os ajustes na determinação do lucro real dos valores de superveniência/insuficiência de depreciação de bens sobre operações de arrendamento mercantil devem ter tratamento diferenciado de forma a não produzirem efeitos no momento das verificações para constituição e manutenção do registro contábil do crédito tributário.

A probabilidade de realização do crédito tributário, portanto, deve desconsiderar o prejuízo gerado pela superveniência de depreciação, conforme parágrafo 5° do artigo 1° da Resolução CMN n° 3.059/02 (com redação dada pela Resolução CMN n° 3.355/06). Ao dispensar a verificação do prazo de realização do crédito tributário originado de prejuízos fiscais ocasionados pela receita de superveniência, entende-se que tal ajuste possui condição especial somente aplicável à operação de arrendamento mercantil. Sendo assim, a projeção de realização dos créditos tributários acima, exclui os resultados oriundos de Superveniência de Depreciação, contemplando somente outras receitas e despesas.

#### 18. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS FEDERAL

Em 2009, a Companhia, aderiu ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei nº 11.941/09. O programa Federal incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008. O efeito bruto no resultado, em decorrência da redução de juros e multa, foi de R\$378 mil. As principais teses inseridas no programa foram PIS/COFINS sobre recebimento de Juros ao Capital Próprio e CPMF em operações de clientes. A opção pelo parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários foi efetivada em novembro de 2009, com o valor total de R\$2.864 dividido em 180 parcelas de R\$15, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic. O presente acordo encontra-se em dia até o término do 1º semestre de 2019. Foram pagas 116 parcelas, restando um saldo remanescente de R\$1.839 (R\$2.114 em junho de 2018), conforme quadro abaixo:

	30/06/2019	30/06/2018
IRPJ	630	725
CSLL	838	963
PIS	58	67
COFINS	313	359
Total REFIS	1.839	2.114

Tributo	Valor bruto	Juros	Amortização	Saldo Devedor
IRPJ	990	601	(961)	630
CSLL	1.277	794	(1.233)	838
PIS	94	56	(92)	58
COFINS	503	300	(490)	313
Total	2.864	1.751	(2.776)	1.839

#### 19. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a parcelas de arrendamento mercantil recebidas antecipadamente no valor de R\$365 (R\$151 em 2018) e a cessão de parcelas de arrendamento mercantil feita com instituição financeira nos últimos exercícios. Na cessão de parcelas de arrendamento realizada com instituição financeira sem retenção de riscos e benefícios, o resultado apropriado pela fluência do prazo de vencimento foi de R\$3.721 (R\$4.070 em 2018) restando saldo a apropriar de R\$4.064 (R\$6.043 em 2018), conforme quadro abaixo:

Rendas antecipadas	30/06/2018	Nova Cessão/ Recebimentos	Apropriação <u>ao Resultado</u>	30/06/2019
Cessão de Parcelas de Arrendamento Mercantil	6.043	1.742	(3.721)	4.064
Recebimentos Antecipados de Contraprestações	151	365	(151)	365
Total	6.194	2.107	(3.872)	4.429

### 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em observância ao disposto no artigo 4°, caput e parágrafo único, da Resolução CMN n° 3.605/08, no artigo 199 da Lei das S/A e no Artigo 25, inciso III, do Estatuto Social da Companhia, foi aprovado em AGOE realizada em 30 de abril de 2018, que foi aprovada pelo BACEN em 14 de junho de 2018, o aumento de capital social, mediante capitalização da reserva de lucros, no valor de R\$2.434, passando este de R\$17.257, para R\$19.691, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1°, da Lei das S/A.

O capital social é representado por 14.648.278 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, conforme segue:

			30/06/2019	)		30/06/2018	3
Acionista	Sede	Participação %	Qtde. de Ações	Valor da participação (R\$ mil)	Participação %	Qtde de Ações	Valor da participação (R\$ mil)
CSI Latina Financial Inc.	EUA	100,00%	14.648.277	19.691	100,00%	14.648.277	19.691
Executive Personal Computers Inc.	EUA	0,00%	1	0,001	0,00%	1	0,001
Total		100%	14.648.278	19.691	100%	14.648.278	19.691

#### b) Reservas de Lucros - Reserva Legal

A reserva legal é constituída sobre o lucro apresentado ao final do período no percentual de 5% conforme estatuto social.

#### c) Dividendos

Aos acionistas são assegurados 25% de dividendo mínimo obrigatório, calculado sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária. Em 30 de junho de 2019, foi registrada Reserva de Lucro para Dividendos Mínimos Obrigatórios Não Distribuídos, conforme determinado na Resolução CMN nº 4.706/18, no valor de R\$ 1.964 (R\$ 0 em 2018). Em 30 de junho de 2018 os acionistas, assim como nos períodos anteriores, optaram por utilizar os dividendos para constituição de reserva para fortalecimento do Patrimônio Líquido da Companhia, que foi ratificado em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2019 os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$ 13.100, que foram pagos em 06 de junho de 2019.

# 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações da Companhia com partes relacionadas são saldo de valores a pagar a sua Matriz, empréstimos contratados de coligada nos Estados Unidos da América, efetuadas a preços e condições normais de mercado e valores a receber de reembolso de despesas de coligada no Brasil, seus saldos estão a seguir enumerados:

		30/06/2019		30/06/2018	
Tipo	Moeda	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Valores a Pagar - CSI Latina Financial Inc.	US\$	37		-	
Valores a Receber – CSI Remarketing	R\$	260	-	-	-
Empréstimo TCC (a)	US\$	16.366	18.636	11.174	16.327

(a) Empréstimos denominados em moeda estrangeira captado junto a Tokyo Century Corporation, acionista da controladora da Companhia.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$2.269 (R\$1.089 em 2018), esses valores estão registrados na rubrica de Pró-Labore. Há ainda saldo de provisão de anos anteriores no valor de R\$1.375 a ser pago integralmente até fevereiro de 2022.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

#### 22. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILEIA)

O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II (Resolução CMN nº 4.193/13).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (Resolução CMN nº 4.192/13).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador. As novas regras para a apuração dos requisitos mínimos de capital estabelecem porcentagens do montante dos ativos ponderados pelo risco e constituem requerimentos de capital a serem observados pelas instituições financeiras, e que seguirão o cronograma apresentado a seguir:

	2017	2018	2019
Capital principal (mínimo + adicional) (a)	5,75 a 7,0%	6,375 a 8,28%	7,0 a 9,5%
Nível I (mínimo + adicional) (b)	7,25 a 8,5%	7,875 a 9,75%	8,5 a 11,0%
PR (mínimo + adicional) (c)	10,5 a 11,75%	10,5 a 12,375%	10,5 a 13,0%

- a) Capital Principal composto por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- b) Nível I composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- c) PR (Patrimônio de Referência) composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Também foi criado o Adicional de Capital Principal, que representa o capital suplementar de conservação (fixo) e contracíclico (variável) que, ao final do período de transição, deverá ser de no mínimo 2,5% e no máximo 5% do montante dos ativos ponderados pelo risco, sendo que este percentual será estabelecido pelo BACEN conforme as condições macroeconômicas da época.

As novas regras de Basileia III passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013 e seguem cronograma elaborado internacionalmente até sua efetiva implantação em 1º de janeiro de 2022.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de Patrimônio de Referência e o índice de Basileia:

	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	47.284	42.833
Patrimônio de Referência Nível I	47.284	42.833
Patrimônio Líquido	47.638	43.275
Ajustes prudenciais (Resolução CMN nº 4.192/13)	(354)	(442)
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Ativos ponderados pelo Risco (a)		
$RWA_{CPAD}$	3.806	3.441
RWA <sub>CAM</sub>	528	1.743
$RWA_{JUR1} + RWA_{JUR2}$	4.703	5.066
$RWA_{OPAD}$	5.051	5.715
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido (RWA x 8%) (a)	14.088	15.965
Adicional de Conservação de Capital Principal (2,5% s/PR) (b)	4.403	3.471
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido Total	18.491	19.436
Índice de Basileia	26,85%	23,14%
Saldos Utilizados para cálculo do RWA	176.100	185.101
Exposição ao risco de crédito – RWA <sub>CPAD</sub>	47.581	39.900
Ativos de câmbio – RWA <sub>CAM</sub>	6.595	20.209
Ativos indexados a juros pré – RWA <sub>JUR1</sub>	31.938	35.548
Ativos indexados a cupom cambial – RWA <sub>JUR2</sub>	26.850	23.188
Exposição ao risco operacional - RWA <sub>OPAD</sub>	63.163	66.256

<sup>(</sup>a) Em 30 de junho de 2018 o percentual utilizado para cálculo do Patrimônio de Referência Mínimo Exigido era de 8.625%;

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o Patrimônio de Referência da Companhia excedeu em R\$28.793 e em R\$23.397, respectivamente, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

<sup>(</sup>b) Em 30 de junho de 2018 o percentual para cálculo do adicional de conservação de Capital Principal era de 1,875%.

#### 23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas Administrativas	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de comunicação	(59)	(76)
Despesas de água, energia e gás	(13)	(12)
Despesas de aluguéis	(120)	(111)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(21)	(6)
Despesas de material	(5)	(10)
Despesas de processamento de dados	(424)	(541)
Despesas de promoções e relações públicas	(227)	(91)
Despesas de publicações	(7)	(64)
Despesas de seguros	(40)	(40)
Despesas de serviços de terceiros	(534)	(340)
Despesas de serviço técnico especializado	(287)	(339)
Despesas de transporte	(200)	(134)
Despesas de viagem ao exterior	(98)	(131)
Despesas de viagem ao País	(81)	(21)
Despesas com emolumentos judiciais e cartorários	(28)	(39)
Despesas com refeições	(23)	(30)
Despesas com amortização do intangível	(44)	(44)
Depreciação de bens de uso próprio	(102)	(98)
Outras despesas administrativas (a)	(888)	(674)
Total	(3.201)	(2.801)

(a) A rubrica "Outras despesas administrativas" refere-se a diversos itens, sendo os mais relevantes, despesas bancárias R\$32 (R\$162 em 2018), encargos de pagamento de captações em atraso R\$190 (R\$342 em 2018), associações de classe R\$34 (R\$54 em 2018) e armazenamento R\$125 (R\$67 em 2018).

#### 24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2019	30/06/2018
Valor proporcional de contraprestação (a)	4.190	4.129
Juros ativos	4	10
Descontos obtidos	16	-
Encargos	140	84
Outras	101	388
Total	4.451	4.611

a) Saldo refere-se ao valor recebido de bens que já estão em uso pelos clientes, relativos aos contratos de arrendamento mercantil em processo de formalização. Os recebimentos destas parcelas estão assegurados pelo Termo de Recebimento e Aceitação Parcial, assinado entre as partes.

## 25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2019	30/06/2018
Descontos concedidos	(59)	(34)
Provisão para contingências (nota 15)	108	162
Outras	<u>-</u> _	(1.883)
Total	49	(1.755)

# 26. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	30/06/2019	30/06/2018	
Receitas de danos e reparos	473	102	
Lucro na venda de bens a terceiros (a)	7.490	629	
Desvalorização de outros valores e bens	47	1.729	
Prejuízo na venda de bens a terceiros (a)	(1.502)	(1.782)	
Outras receitas não operacionais	3		
Total	6.511	678	

<sup>(</sup>a) Refere-se ao resultado na venda de bens não de uso próprio (BNDU) quando estes retornam da operação de arrendamento mercantil e são alienados a terceiros.